

PERCEPÇÃO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEB EDNILSON FRANCISCO KOLLING SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Rosenil Lúcia Rondon¹

RESUMO

Este artigo aborda o ponto de vista do corpo docente do ensino fundamental da escola Ednilson Francisco Kolling acerca da educação ambiental e sustentabilidade. Essa percepção reflete diretamente na prática adotada pelos docentes ao trabalhar esses assuntos em sala de aula. A problemática ambiental é complexa e urgente e clama por mudança de comportamento e atitudes na relação do homem e a natureza. A educação é uma ferramenta relevante na construção desses valores. A compreensão dos docentes a respeito desses assuntos contribui no desenvolvimento de atividades mais efetivas e que produzam sentidos para os alunos. O objetivo deste trabalho é verificar a percepção desses docentes acerca dessa temática, e a técnica de coleta de dados utilizada foi a de questionário. Constatou-se que os docentes apresentam uma visão bastante recorrente a respeito da temática da sustentabilidade e educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Ensino fundamental. Atuação docente.

INTRODUÇÃO

As mudanças ambientais que vêm ocorrendo ao longo dos anos em esfera global, são, basicamente, consequências das ações humanas, torna-se necessária e urgente a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza.

A educação torna-se uma ferramenta poderosa, e o espaço escolar, privilegiado, capaz de empoderar o sujeito, proporcionando a construção de uma consciência crítica e da cidadania, suficientes para o início de um processo visando à transformação da realidade nos contextos local e global.

É no ensino fundamental que o trabalho com a educação ambiental e a sustentabilidade deve ser realizado de forma articulada, por meio de adoção de estratégias que possibilitem aos alunos a atribuição de sentidos às atividades desenvolvidas no espaço escolar ou fora dele. É nesse período da escolaridade que

¹ Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública pelo IFMT – campus Várzea Grande.

ocorre o processo de construção da criticidade, da cidadania, de valores.

O objetivo geral deste trabalho é verificar qual é a percepção do corpo docente, do ensino fundamental, da EMEB Ednilson Francisco Kolling, localizada no município de Várzea Grande-MT, em relação à temática da sustentabilidade, bem como as ações desenvolvidas para contemplar tal assunto.

O procedimento de pesquisa utilizado foi o de questionário e da análise dos dados. Para fundamentar a pesquisa foram utilizados questionários e análise dos dados.

Este trabalho está estruturado em capítulos. No primeiro, será apresentado o referencial teórico a respeito do desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, educação ambiental. No segundo, a metodologia adotada para a realização da pesquisa, no terceiro capítulo, mostraremos os resultados da pesquisa e discussão, e no quarto capítulo, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desenvolvimento Sustentável é um termo que surgiu na década de 1980, sendo utilizado primeiramente pelo autor canadense Robert Allen, no “artigo intitulado *How to save the world* como salvar o mundo”. (Camargo, 2012)

Esse termo foi divulgado amplamente pelo Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e divulgado em 1987.

No entanto, o termo desenvolvimento sustentável foi conhecido pelo meio político durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 1992.

Nessa conferência, também conhecida, como Rio-92, foram discutidas as bases para em nível global, alcançar o desenvolvimento sustentável, sendo estabelecidos “direitos e obrigações, individuais e coletivos, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento”. (Camargo, 2012, p.68).

Contudo, poucos resultados foram alcançados, daquilo que foi proposto na Agenda-21, um plano de ação definido durante a realização da Rio-92, com estratégias para se alcançar o desenvolvimento sustentável, que não apresenta um consenso acerca do seu conceito.



A definição mais conhecida é aquela apresentada no Relatório Brundtland:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. É um processo de transformação na qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (apud Camargo, 2012,p.71)

Conforme Barbieri (1997apud Camargo, 2012, p.72)

Desenvolvimento Sustentável é a nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação ambiental, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.

De acordo com Dias (2004, p.226) “O desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano dependem dos recursos da Terra. O desenvolvimento sustentável é simplesmente impossível se for permitido que a degradação ambiental continue.”

Gadotti (2008, p.46) argumenta que

Sustentável é mais do que um qualificativo do desenvolvimento econômico. Ele vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda, com o próprio universo.

Alguns autores consideram a união dos termos “desenvolvimento” e “sustentável” incompatível, como Veiga (1998, apud Camargo 2012, p.71) que afirma “ser o desenvolvimento sustentável uma expressão convenientemente sem sentido”.

Apesar da ausência de consenso a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se em linhas gerais, inferir que trata-se de uma relação harmônica entre a humanidade e a natureza, considerando-se aspectos econômicos e sociais.

Conforme Gadotti (2008, p.49) “qualidade de vida fundada em índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo, também são indicadores de uma sociedade sustentável”.

Sustentabilidade refere-se a “um modo de vida, de bem-estar e bem viver para todos, em harmonia (equilíbrio dinâmico) com o meio ambiente: um modo de vida justo, produtivo e sustentável.” (Gadotti, 2008, p.54)

São necessárias ações efetivas visando combater os problemas sociais, como falta de saneamento, de habitação, violência, desemprego, dentre outros que degradam o meio ambiente e afetam negativamente a qualidade de vida.



Conforme defende Brandão (2008, apud Gadotti, 2008, p.14), sustentabilidade:

Opõe-se a tudo que sugere desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente. Assim, em seu sentido mais generoso e amplo, a sustentabilidade significa uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para construir os seus mundos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes onde vivem e de que dependem para viver e conviver.

Para viver de forma sustentável, de acordo com Milaré (2007, p.44) “implica aceitar a imprescindível busca de harmonia com as outras pessoas e com a natureza no contexto do Direito Natural e do Direito Positivo.”

Os princípios que devem constar numa estratégia visando à construção de uma sociedade sustentável, são os seguintes elencados, conforme Milaré (2007, p. 44):

Respeitar e cuidar da comunidade, melhorar a qualidade da vida humana, conservar a vitalidade e a diversidade do planeta, minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis, permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra, modificar atitudes e práticas pessoais, permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente, gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e construir uma aliança global.

A educação tem um papel fundamental no processo de construção de consciência crítica, contribuindo na humanização do modo de vida, atualmente, em desarmonia com a natureza, “é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2015).

Para esse autor, mais do que transmitir os conteúdos científicos, a educação auxilia na formação do indivíduo, de modo a capacitá-lo para participar e mudar a realidade em que vive.

Segundo Carvalho (2008, p. 77) “a educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo.”

De acordo com Gadotti (2008, p.62) “a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.”

Conforme sustenta Faria (1996, p. 7) “educar é transmitir ideias, conhecimentos que através de uma prática, podem transformar ou conservar a realidade. A educação, portanto, é mediação entre teoria e prática.”

A escola é um lugar privilegiado que pode desempenhar um papel de transformação social.



Nesse contexto, a atuação do educador é de extrema relevância, pois atuam como orientadores desse processo. Contudo, para desenvolver a postura crítica dos alunos, é imprescindível que os docentes tenham conhecimento do assunto.

O ensino deve ser sistematizado para proporcionar oportunidades aos alunos de utilizar o conhecimento adquirido sobre o meio ambiente para compreender e atuar na sua realidade, seja no espaço escolar, seja fora dele.

O termo “educação ambiental”, surgiu na década de 1960, durante a realização da Conferência em Educação, na Grã-Bretanha.

A finalidade da educação ambiental, conforme Dias (1991, p.83):

promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida.

No Brasil, após várias tentativas, sem êxito, de se estabelecer as diretrizes sobre a educação ambiental, por força das associações ambientalistas, a Constituição Federal promulgada em 1988, traz no capítulo VI, texto sobre o meio ambiente, informando sobre o dever do poder público em “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

Contudo, somente com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que ocorre o desenvolvimento dessa modalidade no Brasil, sendo inserida nos currículos escolares brasileiros, em todos os níveis de ensino.

Conforme o disposto no art. 1º da referida lei, a educação ambiental é “um processo que possibilita ao indivíduo e à coletividade, a construção de valores, competências, visando à conservação do meio ambiente, a qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Um dos princípios básicos da educação ambiental, segundo o inciso II, do art. 4º da Lei nº 9.795/99, é “conceber o meio ambiente, interdependente dos aspectos sociais, econômicos e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 p.169) “a temática do



meio ambiente é inserida nos currículos escolares como tema transversal, permeando toda prática educacional”. Ainda conforme esse documento (p.187):

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos.

Conforme a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação do Brasil, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, no art. 2º, do Capítulo 1:

A educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em que sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

A educação ambiental, conforme o artigo 6º, da referida resolução

deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

De acordo com Carvalho (2008 p. 106):

a educação ambiental, por sua vez, tem a oportunidade de problematizar esses diferentes interesses e forças sociais que se organizam em torno das questões ambientais. Ela, como prática educativa reflexiva, abre aos sujeitos um campo de novas possibilidades de compreensão e autocompreensão da problemática ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na EMEB Ednilson Francisco Kolling da rede pública, do município de Várzea Grande-MT. Essa escola está localizada na Av. Tiradentes S/N Quadra 03, Loteamento Chapéu do Sol.

Essa escola desenvolve o projeto 3R's (Reciclar é Bom, Reutilizar é Melhor e Reduzir é Melhor Ainda), e ficou em segundo lugar na Gincana Sustentável realizada no ano de 2018, pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

No ano de 2019, foram matriculados 515(quinhentos e quinze) alunos na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º, 2º e 3º anos). A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, possuindo um quadro com 48 (quarenta e oito) colaboradores.



Foram aplicados questionários junto a 07(sete) professores do ensino fundamental, de um total de 12(doze), a fim de colher informações acerca da percepção desses agentes sobre a educação ambiental, sustentabilidade e das ações por eles desenvolvidas para abordar essas temáticas.

Visando contribuir com o desenvolvimento desse assunto em sala de aula, foram agendadas palestras junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do governo de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Cuiabá, em datas previamente acordadas com a direção da unidade escolar. Essas palestras ocorriam na segunda quinzena do mês de outubro/2019. Contudo, essas palestras não ocorreram em virtude de fatos alheios à vontade da direção escolar, como também, nas dificuldades para remarcar-las junto aos órgãos citados.

Convém ressaltar que a gestora da unidade escolar se demonstrou receptiva, atenciosa durante a realização da nossa intervenção, como também, na resolução dos problemas que surgiram referentes à situação anteriormente explanada.

No entanto, estivemos no dia 14 de novembro de 2019 na unidade escolar para tratar da temática da sustentabilidade com os alunos de uma turma do 1º ano do ensino fundamental, para verificar a compreensão dos educandos acerca do assunto.

Figura 1- Intervenção sobre sustentabilidade – EMEB Francisco Ednilson Kolling



Fonte: a autora, Novembro/2019.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram deixados com a gestora da unidade escolar para aplicação junto aos professores, que tiveram o prazo de uma semana para responderem.

Dos 07(sete) docentes que responderam o questionário, 06(seis) são do sexo feminino.

A seguir, apresenta-se um quadro com o perfil profissional dos professores pesquisados. Para efeito de entendimento, eles foram caracterizados como 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Quadro 1 – Perfil profissional dos professores pesquisados.

Docente	Área de formação	Tempo de atuação na educação	Ano em que atua
1	Pedagogia / Pós-graduação em gestão, supervisão e orientação	17 anos	1º
2	Pedagogia	03 anos	1º
3	Pedagogia//Letras	10 anos	2º
4	Pedagogia	14 anos	2º
5	Pedagogia	03 anos	3º
6	Pedagogia	24 anos	3º
7	Educação Física	04 anos	3º

Fonte: a autora.

No questionário aplicado, constavam as seguintes perguntas:

Quadro 2 – Perguntas do questionário aplicado.

1.	Qual a sua área de formação?
2.	Há quanto tempo atua no ensino fundamental?
3.	O que você entende por educação ambiental?
4.	Como você aborda a temática ambiental em sala de aula?
5.	Qual a frequência de abordagem dessa temática durante o ano letivo?
6.	A Prefeitura Municipal de Várzea Grande oferece capacitação aos professores para trabalhar essa temática em sala de aula? Se sim, cite.
7.	O que você entende por sustentabilidade?
8.	Registre a sua opinião sobre a importância da educação ambiental no ensino fundamental.

Fonte: a autora.



Dos resultados obtidos, quanto à concepção de educação ambiental, predomina entre os docentes a ideia de preservação dos recursos naturais.

Indagados se o poder público municipal oferece capacitação, 03(três) docentes responderam que sim, 03(três), que não e 01(um) não se manifestou.

No que se refere à importância da educação ambiental no ensino fundamental, prevalece a opinião de que a finalidade é despertar a consciência crítica em relação aos problemas ambientais existentes.

Quanto à abordagem da temática ambiental em sala de aula, predomina a utilização de vídeos educativos, realização de rodas de conversa, com o intuito de conscientizar os alunos em relação à preservação do meio ambiente.

Em relação ao entendimento sobre sustentabilidade, os docentes apresentaram as seguintes respostas:

1. “Práticas e ensinamentos que ocorre dentro da escola, voltados para o desenvolvimento sustentável”;
2. “É a capacidade de atitudes que o ser humano pode ter de preservar o ambiente em que vive”;
3. “Quando se usa os recursos naturais para resolução dos problemas relacionados às necessidades presente e também ao longo prazo”;
4. “É um conjunto de ideias para um desenvolvimento de maneira ecologicamente correta. Fazer uso dos 3´Rs”;
5. “Como o homem age na natureza buscando soluções para as necessidades”;
6. “Compreende sanar as necessidades da geração presente sem comprometer as gerações futuras”;
7. “É a sobrevivência de algumas pessoas, com os recicláveis”.

Observando as respostas dos docentes em relação à temática da sustentabilidade, fica evidenciado que não há ainda uma compreensão aprofundada sobre esse assunto. Relacionar sustentabilidade apenas à preservação do meio ambiente é bastante recorrente. Não há uma percepção mais ampla sobre essa temática.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou conhecer a percepção dos docentes do ensino fundamental da EMEB Ednilson Francisco Kolling sobre educação ambiental e sustentabilidade, e como isso reflete na adoção de práticas para o trabalho com essas temáticas em sala de aula.

Os resultados evidenciam que apesar dessas temáticas serem bastante discutidas atualmente, os docentes não tem uma ideia clara em relação a esses assuntos, e essa ausência de conhecimento reflete nas práticas adotadas deles.

Torna-se evidente que os docentes necessitam de capacitação para compreenderem que o objetivo da educação ambiental conforme disposto na Lei nº 9795/99 é o de promover a construção de valores, habilidades, competências para a formação de uma consciência crítica, visando à transformação do contexto atual.

Para que isso ocorra, é imprescindível que o corpo docente esteja devidamente capacitado. A lei citada anteriormente prevê no inciso I §2º do artigo 8º, a capacitação de recursos humanos voltada à “incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino”.

E essa ausência de informações acerca do assunto reflete diretamente nas ações adotadas pelos docentes para abordá-lo em sala de aula. Não se pode desconsiderar que a infraestrutura das escolas públicas municipais limitam as ações dos docentes, que realizam atividades em datas comemorativas como o dia da árvore, da água, do meio ambiente, como simples visitas à parques, por exemplo.

Contudo, com mais conhecimento sobre a temática, pode-se planejar ações que produzam sentido para os alunos. Pode-se propor parcerias com outras entidades públicas, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e com as privadas, como por exemplo, aquelas próximas à unidade escolar pesquisada, Solar-BR Coca-Cola, porque conforme a Lei nº 9.795/99, no inciso III, parágrafo único, do Art13º, “O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais”.



É imperiosa a adoção de medidas por parte do poder público do município de Várzea Grande-MT, no sentido de promover a capacitação dos docentes em relação à temática da sustentabilidade e da educação ambiental, para que efetivamente, ocorra o início do almejado processo do despertar da consciência crítica dos alunos, principalmente os do ensino fundamental, visando à concepção de meio ambiente, conforme a Lei nº 9795/99: “considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”.

O docente capacitado pode contribuir quanto à transformação dos padrões atuais de comportamento, bem como, na construção do processo de aprendizagem significativa, “na formação do sujeito ecológico” (Carvalho, 2008 p.179). Pode atuar no cotidiano escolar provocando discussões, reflexões, pesquisas acerca do assunto, interferindo positivamente na elaboração do planejamento escolar. Não é uma tarefa fácil, mas é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental. Lei No 9.795, De 27 de Abril de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm >. Acesso em: 18 novembro 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>.> Acesso em: 18 novembro 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 18 novembro 2019.

CAMARGO, ANA LUIZA DE BRASIL. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios**. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

DIAS, GENEBALDO FREIRE. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9ª edição. São Paulo: Gaia, 2004.

FARIA, ANA LÚCIA G. DE. **Ideologia no livro didático, Coleção questões da nossa época**. 12ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1996.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso

Campus
Várzea Grande

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 50ª edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2015.

GADOTTI, MOACIR. **Educar para a sustentabilidade uma contribuição à década do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

MILARÉ, EDIS. **Direito do Ambiente. A Gestão Ambiental em foco.** 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2007.

VEIGA, JOSÉ ELI DA. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015.